



**Ponto Urbe**

Revista do núcleo de antropologia urbana da USP

12 | 2013

**Ponto Urbe 12**

---

## Espaço Público e Endocidade

Urbanismo existencialista para a (re)construção de sistema dinâmico de espaços perceptivos

**Fagner Cordeiro Dantas**



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/536>

DOI: 10.4000/pontourbe.536

ISSN: 1981-3341

### Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

### Referência eletrónica

Fagner Cordeiro Dantas, « Espaço Público e Endocidade », *Ponto Urbe* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 julho 2013, consultado o 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/536> ; DOI : 10.4000/pontourbe.536

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 2 Maio 2019.

© NAU

---

# *Espaço Público e Endocidade*

Urbanismo existencialista para a (re)construção de sistema dinâmico de espaços perceptivos

Fagner Cordeiro Dantas

---

## 1. Introdução

- 1 Há espaço para o homem dentro do Planejamento Urbano? Há um papel para a pessoa comum no palco da grande metrópole? A escala das grandes intervenções reflete o olhar do transeunte? A cidade pertence aos seus cidadãos? Se não mais, a quem agora? Tais perguntas conduzem a respostas infelizmente pouco satisfatórias para aqueles que ainda entendem ser possível uma retomada do destino urbano pelas mãos do seu mais direto interessado: o cidadão. A cidade, em especial as grandes metrópoles, tem cada vez mais seus desígnios afastados dos que a habitam, escritos por mãos poucos visíveis, porém ágeis na extração de uma riqueza cada vez mais concentrada, ainda que advenha mais e mais das características insubstituíveis dessa enorme criação coletiva que é a cidade.
- 2 *Personas* públicas sustentam um discurso que enfatiza um crescente descontrole dos problemas urbanos, enquanto eminências pardas alimentam-se tanto dos escombros da tragédia quanto da venda de toda sorte de tecnocráticos milagres. Dos escombros sobrevêm as brechas para construir, a partir da falência de um Estado comprometido pelos próprios descaminhos, um *Estado* paralelo que reúne os dois extremos de um espectro perverso: os desesperançados nas trincheiras da exclusão social e uma elite que bebe *Dom Perrignon* à sombra de cercas eletrificadas. Dos falsos unguentos do planejamento (estratégico ou não), que vão dos planos diretores herméticos às reurbanizações padronizadas, pouco resta de defensável após a sequência de provas incontestes da sua incapacidade de reconduzir as atuais metástases metropolitanas aos supostos índices de qualidade de vida perdidos numa urbanidade ancestral da qual todos nós parecemos (ou gostaríamos de) descender.
- 3 Tais questões conduzem o atual debate sobre a temática urbanística para uma zona estreita entre o cinismo niilista e a demagogia incoseqüente. O que o presente texto se

propõe é manter-se eqüidistante dessas duas faces de uma mesma resignação, mais que inútil, criminosa ao fortalecer, seja por uma postura pós-crítica intelectualóide ou pré-republicana oportunista, o estado decrépito das estruturas que deveriam articular a concertação público-privada em torno da qual ainda se apegam as últimas alternativas de refundação de uma condição urbana digna. Tal refundação tem um eixo inegociável dentro da tese aqui defendida: o planejamento urbano deve ter a escala humana.

- 4 No entanto, essa perspectiva, que parece a primeira vista tão simplória quanto óbvia, está muito distante desses dois qualitativos. Ao contrário de simplória, a inclusão da perspectiva humana dentro do planejamento urbano é fundamentalmente cáustica aos interesses escusos que se camuflam numa suposta complexidade além dos limites da capacidade de compreensão e discernimento do cidadão comum. Logo este, que é sempre primeiro a sofrer na própria pele as consequências dos desmandos dos profetas do desenvolvimento. Estes sim devidamente protegidos das tais consequências nefastas pelo manto da complexidade imprevisível já previamente enfatizada para, *a posteriori*, cobrir os rastros dos seus crimes perfeitos.
- 5 Para os que julgam a perspectiva humana no planejamento urbano uma demanda óbvia, esvaziada de qualquer significância e pouco eficiente na recomposição de uma nova forma de planejar os assentamentos, resta a pergunta: se é tão óbvia, por que então se encontra tão distante das práticas de intervenção urbana em vigor? Por que então estas se conduzem por uma trilha hierárquica onde se acumulam milionários contratos corporativos, uma lógica de espacialização caracterizada pelo individualismo automobilístico, uma privatização contínua das áreas verdes e espaços públicos da cidade, mas que sequer toma conhecimento do olhar e do sentir do cidadão? Essa suposta obviedade certamente busca sim escamotear uma necessidade premente de colocar o homem no centro do debate acerca do destino do seu habitat, o fazendo pela declaração, marcada pela desfaçatez, de que ele lá intrinsecamente já se encontra. Nega-se, portanto, o problema pela sua reafirmação, como que a dizer que se é o sol que vejo se mover, é óbvio que a Terra é o centro do universo. Há, dentro dessa estratégia perversa de conduzir o desenvolvimento urbano por sobre os interesses daqueles que de fato o fazem acontecer pelo suor do seu trabalho, um rol bem maior de “inegáveis” obstáculos que impedem uma perspectiva humana, sempre apontada como romântica ou ingênua, para o planejamento urbano.
- 6 O presente artigo busca desconstruir essa estratégia perversa, esse discurso fácil do imobilismo que se acovarda diante da complexidade da tarefa. Para tanto, ele tem a seguinte estrutura. No tópico seguinte, são apresentados os chamados “cânones do urbanismo anti-humanizante”, ou seja, os “dogmas” que, ao mesmo tempo, esterilizam o planejamento urbano do saber “comum” e o tornam inteligível apenas a uns poucos “iniciados” no que parecer ser uma arte xamânica. No tópico três, busca-se desmistificar essa ideia de um conhecimento asséptico e imparcial, pré-requisitos de um técnico autêntico, mostrando o quanto o conhecimento pode ser circunstancial e subjetivo, e, ao contrário do que prega a “boa técnica”, isso nem sempre é algo execrável. No tópico quatro, trata-se da materialização desse olhar circunstancial e subjetivo sobre a cidade, ao qual chamamos de “Endocidade”. No tópico seguinte, buscamos dar “nomes aos bois”, mostrando como as reflexões feitas até o momento se aplicam ao caso emblemático de Brasília. O tópico final, temos algumas considerações finais e a abertura de novas linhas de pesquisas.

## 2. Os Cânones Do Urbanismo Anti-Humanizante

### a) A cidade é complexa

- 7 Milhares, milhões acumulam-se nas ruas (ver: <http://www.youtube.com/watch?v=fY4L5npPdao>). Toda uma intrincada e ilegível rede de relações, interesses, vantagens espúrias ou não, permeando um território geográfico cortado por muros de concreto ou preconceito, guetos entrincheirados em morros ou fundos de vale, a insalubridade como dia-a-dia, a violência parida na porta de casa; a casa, nada mais que um abrigo frágil, golpeado pelo vento constante de um mundo em descontrole, que se esfacela sob o peso dos passos de um sistema econômico expropriatório e infatigavelmente faminto. Crostas de poder se sedimentam sobre as ruínas de uma comunidade humana necrosada, imobilizando qualquer movimento alternativo de emancipação. Empresas e Igrejas cada vez mais conceitualmente siamesas sob o termo “Corporação” mimetizam-se em táticas de controle de multidões, seja, por um lado, alijando resistências pela ameaça onipresente da exclusão do mercado de trabalho ou pela catequese de dóceis consumidores, que dão o que tem e o que não tem para a sublimação do desejo; seja, por outro lado, alijando resistências pela ameaça da exclusão do refúgio divino, último estágio da transcendência da cidadania, ou pela catequese de dóceis fieis, que dão o que tem e o que não tem para a sublimação do desespero. O torvelinho onde tudo isto se amalgama, ou seja, a complexidade urbana, é uma barreira intransponível à capacidade cognitiva do gado humano arrebanhado pelos latifundiários do capital, preocupados demais que estão em vencer o sol que, ao se pôr no final de mais um dia, coroa um esforço de Sísifo, que ao conseguir levar a pedra ao topo da montanha, assistia desconsolado ela rolar para baixo, obrigando-o continuamente a novo e inútil martírio. Essa complexidade só pode ser penetrada, tal qual o enigma da esfinge, por um intelecto superior, substituído nos dias atuais por máquinas cada vez mais poderosas, a computar todas as probabilidades, e demonstrar, peremptoriamente, a falência do homem diante de um mundo a acerca do qual já não domina a lógica. Mapas, gráficos e simulações são as únicas bússolas possíveis para singrar o mar ignoto da grande metrópole. Aos homens cabe reduzir-se a sua insignificância diante dos desígnios indecifráveis dos arcanos criptografados na gramática de concreto e na face espelhada dos modernos edifícios que se auto-refletem, deletando os rostos humanos, semblantes intrusos na paisagem asséptica do urbano pelo urbano, da cidade impessoal.

### b) A cidade é grande

- 8 Uma geografia sem horizontes, um alto-mar de asfalto em que se andando em qualquer direção não se alcança borda, limite, contorno. Incompatível com a apropriação num só olhar, a cidade só pode ser compreendida a partir de uma visão técnica, desprovida de qualquer restrição ou limitação excessivamente humana ao seu opúsculo receituário. Para abarcar a cidade num abrir demiúrgico de braços, num movimento contínuo de mãos e olhos, sobrevoando onipresentemente a mancha urbana, somente reduzindo a sua amplitude real para o artificialismo das escalas cartográficas, para os mais antigos, ou das maquetes virtuais em 3D, para os tecno-aficionados. As reentrâncias urbanas, as estranhas entranhas da cidade em escala 1:1, os recobrimentos, sombreamentos, redobramentos territoriais que galvanizam o espaço vivo das metrópoles vão, pouco a

pouco e de acordo com os avanços tecnológicos, ficando à margem das suas representações, que parecem cada vez mais manipuláveis, higienizadas e meramente cosméticas a uma realidade enclausurada e soterrada por uma apatia sensorial que, ao invés de se reduzir pela perfeição da reprodução produzida, colide refratariamente com o olhar inquisitorial e mais incisivo daqueles para quem a infalibilidade pictórica não substitui a viscosidade do real. A captação de qualquer ponto da superfície terrestre pela revoada de satélites que nos cobrem a cabeça, ao mesmo tempo em que nulificam o privado, não conseguem redimir a insubsistência da sua falsa promessa de nulificar igualmente o intermédio, de tornar translúcida a distância, de reatar as extremidades (Ver <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2196-1.pdf>). Nas tentativas de comprimir em um único plano a captura da lente estratosférica e o que se encontra enraizado no substrato urbano, perde-se a definição da imagem, esvai-se o milagre da onipresença, recompõem-se o inefável espaço entre as coisas. A distorção progressiva da cidade imagética significa a retomada do território sensorial para cidade em escala 1:1. Essa cidade real, no entanto, não se encaixa na moldura inflexível do planejamento tecnocrático, que precisa ou compartimentá-la, esquartejando-a, ou artificializá-la por meio de simulacros em escala planeável. Nesses, o homem está sempre ausente, pois aos olhos de vidro do anjo de metal em órbita só estruturas edificadas e veiculares são rastreáveis, decodificáveis em perfeitas formas geométricas, cabendo àqueles em seus ventres a condição de inexistência típica do que não está sendo visto.

### c) A cidade é funcional

- 9 Zona de conflito, jogo de soma-zero, a cidade não se acopla à perspectiva humana pelo fato da mesma estar impregnada de uma ampla carga axiológica que lhe molda o comportamento. Valores morais e éticos evaporam tal qual éter no calor cinético da engrenagem urbana. O descolamento perene de qualquer estigma de desprendimento nos movimentos de eterno redesequilíbrio da metrópole trôpega não dá espaço à eminência do incerto típico da arbitrariedade humana. A causalidade da cidade antinomiza-se com a casualidade do cidadão. Não há brecha para substancializar o que nasce e perdura como instrumental. Dígitos substituem nomes. Números, pessoas. O humano retroage ao estado de carvão e alimenta uma fornalha que discursa em nome de todos, mas aquece apenas alguns. Não há espaço para a solidariedade, apenas para a solitariedade, a qualidade de estar (ser?) solitário em meio à multidão. Uma solidão auto-construída, (ainda que alter-orientada), uma tecno-esfera asfíxiante intrincadamente tecida ao nosso redor, formada por dezenas de próteses transportáveis de um universo egocêntrico (um egoverso) que serpenteiam ao nosso redor e nos imobiliza, nos inercializa num estado de constante familiaridade, papel antes dos walkmans e hoje dos mp3, iPod. Essa embalagem para viagem dos nossos melhores momentos inviabiliza a condição de estar desperto diante de uma realidade que favorece a condição de estar disperso frente ao enfrentamento diário de um ambiente hostil. O planejamento urbano, assim, não pode estar submetido a um ilusório estado de cooperação entre indivíduos que reforçam suas individualidades quase ao extremo do autismo, reafirmando a condição funcional da grande metrópole: não existem pessoas a entender, mas estatísticas a computar. A superposição de interesses não abre espaço para a composição de forças. Os humores, as nuances e as idiosincrasias típicas dos indivíduos causam indigestão aos processadores de última geração que, após serem alimentados com os dados dos fenômenos urbanos, vomitam monólitos lógicos, inefáveis porque amputados de qualquer aresta falível advinda de comportamentos pouco

confortáveis dentro da linha de corte da guilhotina do simulacro. Tal qual a cama de Procusto, a comodidade do planejamento está acima da real dimensão do fenômeno urbano e se este, para estar devidamente compatimentado, tiver que sofrer ajustes de foco, ou releituras performáticas, que assim seja.

#### **d) A cidade é manipulada**

- 10 A cidade é um produto da história e a história não é um produto do acaso. A história é o produto das escolhas que, conscientemente ou não, buscam impor a vontade de alguns sobre o desejo da maioria. A cidade não é um produto em construção, mas sim um processo em condução, orientado, compelido, estigmatizado por uma sequência de escolhas cumulativas. E a escolha nada mais é do que a diferença entre o que pode ser (possibilidade) e o que deverá ser (probabilidade), na busca de uma relação de ação e reação (causalidade). Nesse sentido, o que pode parecer mera casualidade dentro do vórtice caótico da cidade, mero arranjo randômico resultante do reencadeamento de futuros dispersos, mostra-se, sob o manto da inconsequência, puro arbítrio intrinsecamente articulado com um sistema mais amplo de formatação do espaço. Assim, o que é vislumbrado como patologia ocasional, como um desvio reinserível na ordem natural das coisas, encontra-se totalmente integrado a esta ordem, compondo-a, dando-lhe o tom e a forma. A dispersão das atividades, que provoca o deslocamento paralisante das grandes cidades; a subnormalidade das habitações que coloca no mesmo cotidiano o modo e o risco de vida; a violência cujo alastramento é potencializado pela relação simbiótica entre os poderes constituídos por lei e os poderes restituídos à bala; a poluição que não parece mais contaminar o ambiente, mas, de fato, substituí-lo integralmente, obrigando uma adaptação mais que mimética a uma paisagem descartável e não-biodegradável. Todos esses supostos cânceres urbanos que demandam tratamento parecem apontar no sentido de uma recondução a uma condição sadia precípua, qualidade que, ao invés de explicitar sua irretroatividade, estabelece-se como um almejado (e utópico) eterno retorno. A cidade, no entanto, não é, na verdade, uma continuidade da ordem pontuada pela desordem, mas sim um arranjo interativo de fragmentos sócio-territoriais ascendentes e descendentes, inter-cambiantes no espaço e no tempo, cujo constante realinhamento decorre não do acaso, mas sim de um conluio de forças que não pode ser contraposto pela atuação atomizada dos cidadãos, somente pelo planejamento centralizado capaz de reconvergir tais forças em direção a uma cidade melhor para todos.

### **3. Para Além Do Anti-Humano: O Ver Criativo E A Percepção Do Espaço Urbano**

- 11 A pesquisa urbanística é uma área apaixonante para seus adeptos, pois acordamos e adormecemos imersos no nosso objeto de estudo. Porém, não raro percebemos que este contato por demais íntimo eleva a enésima potencial o risco de se perder a tal “objetividade científica”, que tanto descrédito trouxe durante muito tempo para as chamadas ciências humanas. Afinal, pode o homem estudar o seu próprio comportamento sem estar diante de um espelho? E estando ele diante do espelho, percebe que enxerga um reflexo, ou seja, um produto da sua capacidade de reflexão no momento que esta lhe proporcionou criar o objeto “espelho” e lhe permite agora enxergar o produto desta

criação, mas não o próprio criador? Pois ao olharmos para o espelho não vemos o criador, mas apenas o produto do objeto criado.

- 12 Ao refletir, principalmente quando o fazemos sob o ponto de vista da ciência, colocamos à nossa frente o resultado de um processo metodológico pré-executado. Por fim, o resultado da nossa reflexão é construído a partir de uma visão pessoal sobre um produto metodologicamente pré-determinado. Assim, temos não um, mas dois pontos-cegos na nossa relação com o objeto estudado: no primeiro momento, utilizamos um instrumental teórico que supomos adequado; em seguida, supomos perfeita a nossa visão para decodificarmos o resultado obtido. O que quer dizer que podemos falhar não só na obtenção do resultado metodológico, mas também, e principalmente, que podemos falhar quando imaginamos, ou melhor, colocamos toda a nossa crença na premissa de que o ato de ver é revelativo quando na verdade ele é em si mesmo interativo: não vemos *biologicamente* o que pensamos; nós pensamos *criativamente* o que vemos<sup>1</sup>.
- 13 O ver criativo, enquanto contraposição do ver biológico, alimenta-se da informação. Daí a tese defendida neste texto da necessidade de construção ou reconstrução, como se sugere, de um sistema dinâmico de espaços perceptivos. Porque é a percepção que está na berlinda. Percepção enquanto meio termo entre sensação e cognição. Enquanto a sensação recorre ao cérebro biológico, a cognição recolhe-se à mente analítica. A meio caminho, encontramos a percepção vivencial bio-psico-criativa.
- 14 Mas não devemos nos deixar enganar. A decantação seletiva, ainda que lastreada pelos espaços perceptivos que podemos sócio-coletivamente construir, ocorre num oceano informacional. Hoje flutuamos numa incomensurável teia de informações. Aqui enfatizo o signo “teia” em vez do mais usual e politicamente correto “rede”.
- 15 A distinção entre os dois termos é quase maniqueísta mesmo. O signo “rede” evoca o suporte recíproco, a igualdade solidária, a utilidade coletiva. É eminentemente um conceito “do bem”. Já a “teia” é todo o inverso deste refrão de virtudes. A teia pauta-se pela viscosidade, pela existência enquanto armadilha, pela instrumentalidade oligopolizada dos que a tecem em usufruto próprio e em desfavor dos que dela participam, ou involuntariamente, quando se reconhece hostilizado *pelo* mecanismo, tendo um inimigo e uma situação a enfrentar, ou voluntariamente, quando se reconhecem vítimas *do* mecanismo, reificando-o em nome da própria inércia.
- 16 A condição de participantes conscientes de um ou de outro destes arranjos interativos definem o nosso status enquanto agentes políticos. Ser parte da rede é querer estar fora da teia. É a diferença entre ser o nó estruturante ou ser a mosca vitimizada que faz com que encaremos as construções humanas sob o ponto de vista ético (substantivo) ou sob o ponto de vista estético (adjetivo).
- 17 Neste sentido, discutir a evolução do ambiente urbanizado e uma possível reconstrução de seus espaços perceptivos implica decodifica-lo não só em sua estrutura física, mas primordialmente na sua vitalidade semântica, redobrando o cuidado com as leituras apressadas da substância da urbanidade. A cidade é muito mais que a sua manifestação concreto-arquitetônica. Interessa-nos conhecer também a cidade enquanto representação perceptiva. A cidade que além de imagem, tem som. Tem gostos, cheiros. A cidade que se sente de corpo inteiro, na brisa ou no calor escaldante.
- 18 Porém, mais que tudo, interessa-nos conhecer a única cidade real para cada um de nós. Pois a cidade de todos não é falsa, mas tão pouco é real. A cidade de todos é a cidade da ciência. É a cidade das representações cartográficas, mas nos interessa as cidades dos

cartões-postais. É a cidade das programações semaforicas, inobstante nos interesse a cidade do *flâneur*. É a cidade etéreo-tridimensional do holograma asséptico, quando nos interessa a pandimensionalidade nauseante da cloaca imunda que alguns chamam de “lar”. Não a cidade dos números, mas a cidade das vísceras. A cidade enquanto patrimônio de memórias, depósito de sentimentos. A cidade viva em cada um de nós. Dentro de cada um de nós. A Endocidade.

## 4. Endocidade E Espaço Público

- 19 Construir a Endocidade é vivenciá-la no Tempo. É descobrir seus nortes, suas direções. É dimensioná-la internamente, atribuindo significado a cada um dos seus espaços. É transformar o *Topos* grego técnico no *Locus* latino afetivo ou, em outras palavras, transformar meros locais em plenos “Lugares”. É conectar o espaço ao tempo, ou seja, é associar a uma determinada localidade um determinado acontecimento, uma determinada passagem da história pessoal de cada um.
- 20 A pluralização de pontos de destaque no interior da cidade faz com que esta mais facilmente penetre no interior de seus habitantes, constituindo uma relação de pertencimento que vitaliza o fenômeno urbano. Ressalte-se, no entanto, que não basta despejar sobre a cidade marcos urbanísticos de modo que, para onde quer que se vire, encontra-se um obelisco, uma praça ou um mirante. É essencial torná-los públicos, não no sentido de serem conhecidos, mas sim de serem entendidos como parte de um bem comum, de modo que todos possam sentir que aquele lugar lhes pertence, faz parte de suas vidas. Se isto ocorre, a recíproca tende a se estabelecer, com as pessoas se sentindo também pertencentes àquele lugar, sendo parte da vida daquele lugar.
- 21 Em grande parte, a vitalidade do fenômeno urbano está associada à potencialidade de se vivenciar o ambiente urbano em que se mora, em que se trabalha, em que, a priori, se vive. Vida é tomada, no entanto, aqui, para muito além do seu significado orgânico-biológico. Vida é tomada aqui na perspectiva do aforismo de Victor Hugo: “*Os animais vivem; os homens existem*”. Portanto, a vida humana é existência. E Existência é Tempo. Existir é dar significado às coisas e só se pode dar o que já se tem. Só podemos dar significado às coisas no momento em que dispomos destes significados, adquiridos através das muitas vias, formais e informais, de aprendizagem. E só podemos aprender com o Tempo. O Tempo Existencial. O Tempo de cada um.
- 22 A endocidade, como já se abreviou, é a construção mental que, a partir de referenciais próprios, cada uma faz do ambiente em que vive, explicitamente neste caso, da cidade em que mora. De fato, não é possível imaginar que a percepção possa passar incólume diante da torrente nervosa que é a vida na grande cidade. O exame de Georg Simmel no início do século XX pôs às claras o impacto que tem sobre a consciência humana a pluralidade de estímulos a que está submetido o homem.
- 23 Da nossa parte entendemos que, apesar do pessimismo da análise de Simmel (de onde se destaca a caracterização da atitude “blasé”, a imparcialidade como forma de defesa diante da involuntariamente intensa inter-relação no meio urbano), a vida na cidade não redundaria necessariamente num entorpecimento das relações, mas sim numa seletividade mais apurada, em função do excesso de oportunidades de contato a que se está sujeito. Esta seletividade, no entanto, se estende para além das pessoas, ecoando na relação com o meio.



- 24 A desumanização da unidade espacial usada como referência (a metrópole) seria supostamente inegável. Entre em cena a velha contradição entre meio urbano e meio rural com a missão de deixar expostas as antinomias existentes entre os dois modos de vida.
- 25 O fato é que, quando se usa a referência da vida interiorana, das comunidades primárias, onde o contato era “olho no olho” e a população como um todo galvanizava uma intrincada e inter-impactante rede social, a primeira reação é considerar este tipo de vida mais “humano”, no sentido de ser qualitativamente conduzido pelo sentimento, pela afetividade, pela emoção. O meio urbano, dentro desta dicotomia, é visto como frio, insensível, pautado na racionalidade implícita nas relações utilitaristas. Desumano, portanto. O elemento humano aqui é visto, então, como régua de graduação entre os níveis de interação, com intenso teor axiológico, visto que o demasiadamente humano é a síntese virtuosa enquanto que o desumano é a negatividade em essência. Então está a cidade fadada a ser vista como o anti-lugar do humano? Onde fica a consistência da endocidade num conceito de cidade que esteriliza o íntimo, vertebrando-se apenas no político da sua materialização? A evolução do conceito de cidade pode ajudar a descobrir a validade defendida aqui do conceito de endocidade.
- 26 Muitos textos que versam sobre a temática urbanística iniciam com uma resposta pessoal a uma pergunta universal: o que é a cidade? Há os que seguem uma linha antropológica, procurando enxergar no produto físico as suas terminalidades genuinamente humanas, tendo a cultura como referência. E o caso de Robert Ezra Park, representante máximo da Escola de Chicago, para quem
- “(…), a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a estes costumes e transmitidos por esta tradição”.
- 27 Outros se apegam à estética urbanística, fazendo variações sobre a materialidade da cidade enquanto território construído de significado sublimado. É o foco do interesse de Kevin Lynch, que define a cidade como “(…), *construção dentro do espaço, mas uma construção em grande escala, um objeto perceptível só através de longas seqüências temporais.*”<sup>3</sup> Por fim, existem autores que se equidistanciam do arquétipo humano e do arquétipo mecânico para flutuarem numa ausência de sentido ao mesmo tempo cômoda e traiçoeira. Exemplifica tal postura a síntese do mestre maior, Lewis Mumford, ao dizer que a cidade é “(…) *a forma e o símbolo de uma relação social integrada.*”<sup>4</sup>
- 28 Não se quer questionar tais autoridades, até porque os fragmentos aqui elencados são magistralmente desenvolvidos nos contextos respectivos de suas obras. No entanto, não posso me furtar ao comentário de que responder a tal pergunta como premissa básica para o desencadeamento de uma reflexão não me parece um expediente muito recomendável. Afinal, esse enigma talvez seja a mais pronunciada criação humana. A expansão territorial disforme que caracteriza a maioria senão a totalidade das áreas urbanizadas, a famosa “mancha urbana”, ilustra visualmente a idéia-matriz da cidade: a de uma completa fluidez, não só no seu aspecto físico, mas principalmente no seu aspecto interpretativo. A cidade, excetuando aquelas planejadas, pelo menos nos seus primeiros anos, enquanto ainda não foram absorvidas pelo fenômeno urbano, é muito menos um produto, sendo essencialmente um processo em constante evolução.
- 29 Esta evolução, principalmente a partir da segunda metade do séc. XVIII, reflete essencialmente a complexificação da sociedade. A ampliação das populações, mas principalmente, a pluralização dos núcleos urbanos, a intensificação das atividades

econômicas a as alterações do processo produtivos, essencialmente em termos de obtenção de energia (com o vapor substituindo a água e o vento) e em termos de estrutura operacional (com as fábricas substituindo as oficinas), geraram um ambiente urbano notabilizado pelo acúmulo de estruturas físicas e problemas humanos. Não é suficiente, portanto, avaliar o impacto da nova realidade urbana sem encarar a ambigüidade das suas conotações. Pedra e carne, tráfego e espírito estão imbricados no processo de urbanização intensificado pela Revolução Industrial.

- 30 É deste ponto de vista que temos que observar a intensificação do papel das cidades na história. É, porém, de suma importância no estudo urbanístico que se defina o contexto em que o termo se apresenta. Neste sentido, há uma enorme diferença entre falar de cidade enquanto representação física de um momento histórico e falar dela contemporaneamente, enquanto construção imaginativa de futuro, um futuro inexorável, que não admite alternativas e que, enquanto definitivo espacial, é o modulador por excelência da nossa experiência no tempo. Algumas tentativas de, urbanisticamente, remodelar o tempo, reformatá-lo a custo de um desejo, podem, no entanto, ensinar a força que tem o fator humano dentro da construção da cidade. Brasília ilustra bem essa tentativa frustrada de “ensinar o Pai Nosso ao vigário”.

## 5. A Utopia De Brasília E A Reconstrução De Espaços Perceptivos

- 31 Citada diversas vezes em diversos contextos, Brasília é majoritariamente vista como a manifestação de uma utopia que pretendia extrair do futuro as garantias de benesses no presente. No entanto, Brasília tem, como a maioria das utopias civilizatórias que prescrevem formas mágicas de aperfeiçoamento social sem passar por um árduo processo de evolução das estruturas existentes no presente, como as traçadas por Morus, Skinner ou Bellamy, uma clara intenção de religação entre os homens.
- 32 Há algo de “busca de um paraíso perdido” em toda utopia. Este paraíso tem inegáveis raízes num Éden inesgotável de desejos satisfeitos (com destaque para o domínio da carência biológica - o “natural” do homem - e da limitação biosférica - a “natureza” da Terra), mas também almeja uma comunhão primitivista, um igualitarismo tribal. Neste sentido, transparece a idéia de que, idealizando um mundo ruralizável em suas relações humanas, desurbanizar-se-á uma realidade estéril calcada no distanciamento interpessoal.
- 33 Brasília optou por reverter este distanciamento por um ambicioso plano de ressocialização pela via do projeto urbanístico-arquitetônico. Fica bem evidente a concepção de que se pode modificar o homem, reinstruí-lo enquanto partícipe de uma coletividade, enfim, moldar o conteúdo a partir do continente, tal qual crianças que se divertem vendo os diferentes formatos da água a depender do recipiente em que ela esteja. De certo não se pensou que os homens são mais irredutíveis e, principalmente, mais reativos dos que um simples composto molecular como o H<sub>2</sub>O. A utopia desfigurou-se ao lidar com gente, matéria de difícil controle e quase nenhuma previsibilidade. Mostras disso nos dá o exame que se faz da construção da endocidade em Brasília.
- 34 O vivenciamento essencial à construção da endocidade foi extremamente tolhido no projeto original de Brasília. Dão conta disto a sensação de deslocamento, de estranhamento e desconforto que recepcionava todos aqueles que, chegando das cidades

ditas “normais”, não encontravam nada que pudesse julgar familiar. O conceito de rua era diferente; de bairro, de bar; o conceito de vizinho, de amizade foram retorcidos; até mesmo o conceito de quem era o “outro” foi implodido, uma vez que Brasília pretendia desdiferenciar os indivíduos, todos morando em condições igualitárias. Esta antinomia sensorial e conceitual resultava numa sensação descrita pelos novos habitantes daquela cidade como “Brasilite”. Assim, dizia-se que alguém que chegava a Brasília, sempre teria o seu período de Brasilite, manifesta na sensação de inadequação ao lugar em que se está.

- 35 No entanto, a força individualizadora do homem logo cedo o levou a propor o fim desta prisão aberta. Uma prisão para seu comportamento, que o fazia se sentir desconfortável mesmo executando as mesmas práticas de sempre, tentando entender Brasília como se entende uma cidade, sem se dar conta que, como se costuma dizer: “Em Brasília, cidade é outra coisa”. De fato, uma memorial de sensações, angariado graças àquela seletividade mais apurada, referida anteriormente, que a vida urbana exige, só foi possível de ser constituído com uma mudança fundamental na história social de Brasília: a eclosão de uma geração eminentemente brasiliense.
- 36 A importância do fator geracional para se entender as possibilidades de formação da endocidade, e, portanto, de vivificação do espaço urbano pela construção de um sistema dinâmico de espaços perceptivos, acentua-se em Brasília no momento em que a Brasilite deixa de ser endêmica. Os novos habitantes não apresentam os sintomas do desconforto sensorial porque tem naquela estrutura, tão diferente da terra natal de seus pais, o único referencial de cidade. Não há como se negar o único. Não há o que se estranhar quando não há o “outro”.
- 37 A geração brasiliense, que começou a surgir no início da década de 90 e, da segunda metade em diante, se consolidou, com mais de 35% dos moradores de Brasília sendo nascidos lá, teve que reinventar suas codificações, lidando com a idealização paterna do que SERIA cidade e com a auto-experiência do que ERA cidade. A endocidade perfectibiliza-se no momento em que o Tempo Existencial passou a ser contado a partir de referenciais próprios, podendo então se falar numa história local e não numa história “do local”, a que até então estava restrita Brasília. O exemplo mais emblemático disso foi Brasília, acostuada à sina de não ter esquinas, passar a tê-las, improvisadas, contrariando o projeto original, mas, mesmo assim, esquinas, ainda que típicas esquinas brasilienses.

## 6. CONCLUSÃO

- 38 O que restou desta utopia de se construir o futuro no presente? O que restou da idéia de aproximar os homens ignorando suas diferenças? O que restou de Brasília enquanto legado para a Humanidade? Esculpida na memória mundial (tendo sido considerada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1987), Brasília restou transformada, ao invés de transformar. Considerada pela Revista Time como “ultrapassada enquanto estilo arquitetônico”, a cidade não é mais um paradigma de assentamento urbano, se é que um dia jamais foi. Há muito que se aprender, no entanto, com a desfiguração da utopia de Brasília.
- 39 Dentre todas, a mais forte de suas lições é que o homem não pode negar o seu papel histórico que é o de constantemente descobrir a si mesmo e, com isso, redescobrir o meio em que vive. A descoberta de si mesmo, a aceitação da endocidade enquanto elemento

válido de relação com o ambiente urbano, enriquecendo esta relação pela sua qualificação existencial e não pela sua artificialização midiática (o grande perigo de nos tornarmos “espectadores que abriram mão de encenar a própria vida”) é parte fundamental da vivificação de Brasília para muito além do que imaginaram Kubistchek, Costa ou Niemayer. Talvez ensinar isto pelos seus erros tenha sido a maior virtude deste sonho chamado Brasília.

---

## BIBLIOGRAPHY

CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

DANTAS, Fagner. “Brasília: la utopia desfigurada”. In: Revista Urbano. Ano 7, N.º 10, Noviembre, 2004.

MATURANA, Humberto. Ontologia da Realidade, (Orgs. Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz). Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2001.

ORSTEIN, Robert. A Evolução da Consciência. Best Seller: São Paulo, 1991.

PARK, Robert Ezra. “The City: sugestions for a human behavior investigation at the urban enviroment”. In: American Journal of Sociology, XX (march, 1916).

SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e a Forma Urbana. São Paulo: Nobel, 1984.

## NOTES

1. Admiro profundamente um autor que soube distinguir em definitivo o ver biológico do ver criativo. Trata-se do chileno Humberto Maturana. No Brasil, o panorama de suas concepções sobre “O que é ver?” está bem ilustrado na obra *Ontologia da Realidade*, organizado por Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz (Ed. UFMG:2001). Enquanto Maturana faz o caminho do bio para o psico, a rota inversa é feita por Robert Ornstein, num livro igualmente interessante para o aprofundamento desta discussão: *A Evolução da Consciência* (Best Seller: São Paulo, 1991), em especial o capítulo V “O Sonho do Mundo”.

2. PARK, Robert Ezra. “The City: sugestions for a human behavior investigation at the urban enviroment”. In: American Journal of Sociology, XX (march, 1916), pp. 577-612.

3. LINCH, Kevin. Apud: CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 308.

4. MUMFORD, Lewis. Apud: SERRA, Geraldo. O Espaço Natural e a Forma Urbana. São Paulo: Nobel, 1984. p. 10.

---

## ABSTRACTS

Este trabalho pretende, a partir de um eixo central que é a investigação da densidade humana nos aglomerados urbanos, discutir o papel do Espaço Público enquanto espaço perceptivo. O conceito de espaço perceptivo só tem sentido dentro de um contexto epistemológico mais amplo, qual seja, o urbanismo existencialista e o seu produto mais direto que é a Endocidade. Será desenvolvida a temática do Espaço Público neste contexto teórico. Por fim, pretende-se traçar as condições necessárias para a constituição de um sistema dinâmico de espaços perceptivos, mostrando a sua importância para a dinâmica humana do ambiente urbano. Para tanto, será utilizado o exemplo da cidade de Brasília e o seu processo de evolução urbanístico-antropológico.

This work aims, from a central axis which is the investigation of human density in urban areas, discuss the role of public space while perceptual space. The concept of perceptual space only makes sense within a broader epistemological context, namely the existentialist urbanism, and its most direct product that is the endocity. We will develop this theme of Public Space in a theoretical context. Finally, we will define the necessary conditions for the establishment of a dynamic system of perceptual spaces, showing its importance to the human dynamics of the urban environment. To do so, we will use the example of the city of Brasilia and its process of urban-anthropological evolution

## INDEX

**Keywords:** public space, urbanism, existentialism

**Palavras-chave:** espaço público, urbanismo, existencialismo

## AUTHOR

### FAGNER CORDEIRO DANTAS

Mestre em administração; bacharel em urbanismo; bacharel em direito; chefe do setor de aplicação de instrumentos de política urbana da secretaria municipal de urbanismo e transportes de Salvador - BA; diretor da sociedade brasileira de urbanismo). E-mail: fdantas@salvador.ba.gov.br